

O VÔLEI COMO POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR



VOLLEYBALL AS A POSSIBILITY FOR INCLUSION AND ACCESSIBILITY FOR STUDENTS WITH DISABILITIES IN MAINSTREAM SCHOOLS

CLAUDIA DE JESUS SACRAMENTO

Graduação em Educação Física pela Faculdade de Santo Amaro (1993); Professora de Ensino Fundamental I, II e Médio – na EMEF CEU Casa Blanca, Professor de Educação Básica Educação Física

RESUMO

A inclusão de estudantes com deficiência na escola regular constitui um dos desafios da educação contemporânea e exige a reorganização das práticas pedagógicas para assegurar acesso, permanência, participação e aprendizagem. Nesse contexto, a Educação Física apresenta importante potencial para favorecer a convivência, a autonomia e o desenvolvimento integral dos estudantes, especialmente quando as práticas corporais são planejadas segundo princípios de acessibilidade e equidade. Este artigo tem como objetivo analisar de que maneira o voleibol pode contribuir para a inclusão e a acessibilidade de estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas regulares. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada em legislação educacional, documentos curriculares e produções relacionadas à Educação Física escolar, inclusão, acessibilidade e esporte educacional. A análise evidencia que o voleibol, quando compreendido para além de sua forma convencional, pode ser reorganizado por meio de adaptações de regras, materiais, espaço, tempo, comunicação e estratégias pedagógicas. Conclui-se que a inclusão não se limita à presença física do estudante na quadra, mas envolve participação efetiva, aprendizagem, pertencimento e protagonismo. Dessa forma, o voleibol pode constituir importante recurso para uma Educação Física inclusiva, desde que o planejamento considere as potencialidades dos estudantes e as barreiras existentes no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Física Escolar; Voleibol; Inclusão; Acessibilidade. Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

The inclusion of students with disabilities in mainstream schools is one of the challenges of contemporary education, requiring a reorganization of pedagogical practices to ensure access, retention, participation,

and learning. In this context, Physical Education offers significant potential to foster social interaction, autonomy, and the holistic development of students, especially when physical activities are planned based on principles of accessibility and equity. This article aims to analyze how volleyball can contribute to the inclusion and accessibility of students with disabilities in Physical Education classes within mainstream schools. It presents a qualitative study based on a review of literature and documents, drawing upon educational legislation, curriculum guidelines, and academic works related to school-based Physical Education, inclusion, accessibility, and educational sports. The analysis reveals that volleyball—when viewed beyond its conventional form—can be adapted by modifying rules, equipment, space, timing, communication, and pedagogical strategies. The study concludes that inclusion extends beyond the student's physical presence on the court; it encompasses meaningful participation, learning, a sense of belonging, and active agency. Thus, volleyball can serve as a valuable resource for inclusive Physical Education, provided that planning takes into account both the students' capabilities and the barriers present in the school environment.

Keywords: School Physical Education; Volleyball; Inclusion; Accessibility; Persons with Disabilities.

INTRODUÇÃO

A escola contemporânea é chamada a reconhecer a diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo. A presença de estudantes com deficiência nas classes comuns da escola regular representa importante conquista no campo dos direitos educacionais, mas também exige das instituições escolares a reorganização de práticas, espaços, tempos, materiais, metodologias e relações pedagógicas para assegurar a participação de todos.

Nesse contexto, a Educação Física ocupa posição relevante, pois trabalha diretamente com o corpo, o movimento, a interação, o jogo, a cooperação e o esporte. As práticas corporais podem favorecer o desenvolvimento da autonomia, da socialização e da percepção corporal, além de possibilitarem experiências coletivas de aprendizagem.

Entretanto, a presença do estudante com deficiência nas aulas de Educação Física não garante, por si só, sua inclusão. O estudante pode estar fisicamente presente e permanecer afastado das experiências pedagógicas, sendo colocado como observador, realizando atividades paralelas ou sendo dispensado das práticas corporais. Essas situações evidenciam a permanência de barreiras pedagógicas, comunicacionais, físicas e atitudinais.

A Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), estabelece que a educação deve ocorrer em sistema educacional inclusivo e assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem. Também garante o acesso, em igualdade de condições, a jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer no sistema escolar.

Dessa maneira, uma Educação Física inclusiva não deve exigir que todos os estudantes realizem os movimentos de maneira idêntica. É necessário criar condições para que todos participem de uma experiência comum, utilizando diferentes estratégias, materiais, tempos e formas de execução.

Entre os conteúdos da Educação Física escolar, o esporte possui significativa presença cultural e pedagógica. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece o esporte como unidade temática e contempla experiências de experimentação, fruição e recriação das práticas corporais.

Nesse cenário, o voleibol apresenta características favoráveis à construção de propostas inclusivas. A modalidade possibilita diferentes níveis de participação, pode ser desenvolvida em pequenos grupos e permite modificações na altura da rede, nas dimensões do espaço, nos materiais, no número de contatos e nas regras.

Experiência desenvolvida em escola municipal da cidade de São Paulo demonstra essa possibilidade por meio de adaptações no voleibol, incluindo redução da altura da rede, aproximação da área de saque,

aumento do número de toques, flexibilização das regras e utilização de bolas mais macias, favorecendo a participação de estudantes com deficiência.

Diante disso, este artigo busca responder à seguinte questão: de que maneira o voleibol pode contribuir para a inclusão e a acessibilidade de estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física da escola regular?

O objetivo geral consiste em analisar as possibilidades pedagógicas do voleibol como prática corporal inclusiva na escola regular. Como objetivos específicos, pretende-se compreender a relação entre Educação Física, inclusão e acessibilidade; discutir o papel do esporte educacional no processo inclusivo; identificar possibilidades de adaptação do voleibol; e refletir sobre o papel do professor na construção de práticas esportivas acessíveis e participativas.

A relevância do estudo está na necessidade de superar uma concepção de Educação Física baseada exclusivamente no desempenho motor e na execução padronizada. Uma perspectiva inclusiva reconhece diferentes formas de participação e compreende que aprender também envolve cooperar, comunicar-se, tomar decisões, experimentar, criar estratégias e sentir-se pertencente ao grupo.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Física escolar passou por transformações conceituais ao longo de sua história. Durante determinado período, esteve fortemente relacionada à aptidão física, ao rendimento e à seleção dos estudantes considerados mais habilidosos. Essa perspectiva contribuiu para práticas nas quais estudantes com menor desempenho motor ocupavam posição secundária.

Na perspectiva contemporânea, o corpo é compreendido como expressão cultural e social, e as práticas corporais constituem objetos de conhecimento. Jogos, brincadeiras, danças, lutas, ginásticas, esportes e práticas corporais de aventura podem ser trabalhados pedagogicamente considerando diferentes sujeitos e contextos.

A BNCC apresenta a Educação Física como componente curricular que tematiza práticas corporais como manifestações culturais, destacando a necessidade de experiências diversificadas e significativas. No campo esportivo, também contempla a experimentação e a construção de alternativas que favoreçam a participação coletiva.

Essa concepção é especialmente importante quando se considera a inclusão de estudantes com deficiência. Um currículo rígido, que determina que todos devem realizar as mesmas ações da mesma maneira, tende a transformar a diferença em problema. Em contrapartida, quando o currículo é entendido como possibilidade de construção de conhecimentos e experiências, a diversidade passa a constituir elemento pedagógico.

A inclusão pressupõe, portanto, deslocar o olhar do déficit para as possibilidades. Em vez de questionar apenas o que o estudante não consegue fazer, é necessário identificar quais barreiras impedem sua participação e quais modificações podem favorecer sua aprendizagem.

A LBI determina que os sistemas educacionais garantam condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, mediante recursos de acessibilidade capazes de eliminar barreiras e promover a inclusão.

Assim, a Educação Física não pode ser compreendida como exceção ao processo inclusivo. O estudante com deficiência deve ter oportunidades de vivenciar jogos e esportes, participar de equipes, assumir funções, tomar decisões, interagir com os colegas e desenvolver autonomia.

Inclusão não significa criar permanentemente uma atividade diferente para o estudante com deficiência. Significa construir experiências coletivas nas quais as diferenças sejam contempladas dentro da própria proposta pedagógica.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E PAPEL DO PROFESSOR

Uma aula inclusiva de voleibol precisa considerar diferentes formas de participação. O professor deve organizar situações nas quais nenhum estudante permaneça permanentemente na condição de espectador.

As atividades podem ser desenvolvidas em estações de aprendizagem, envolvendo lançamento e recepção, toque, manchete, jogos cooperativos e partidas adaptadas. A utilização de duplas e pequenos grupos também pode aumentar a participação individual.

Outra estratégia consiste na construção coletiva de regras. A turma pode estabelecer, por exemplo, que todos os jogadores precisam tocar na bola antes de enviá-la ao outro lado, que a equipe pontua quando todos participam ou que o saque pode ser realizado de diferentes posições.

A tecnologia assistiva também pode contribuir para ampliar a participação, por meio de materiais adaptados, comunicação alternativa, sinalização visual, dispositivos sonoros e outros recursos adequados às especificidades dos estudantes.

Nesse processo, o professor possui papel fundamental, mas a inclusão não pode ser responsabilidade exclusiva do docente de Educação Física. A escola deve atuar coletivamente, articulando equipe gestora, professores, Atendimento Educacional Especializado, família e demais profissionais.

O planejamento deve considerar informações pedagógicas relevantes sem transformar o diagnóstico clínico no centro da prática. O diagnóstico pode contribuir para a compreensão das necessidades, mas não determina isoladamente aquilo que o estudante pode ou não realizar.

É necessário observar o estudante em situação de aprendizagem, identificando potencialidades, barreiras, formas de comunicação, estratégias utilizadas, relações com os colegas e recursos que favorecem sua autonomia.

As expectativas docentes também são determinantes. Quando o professor acredita antecipadamente que o estudante não conseguirá participar, pode desenvolver propostas excessivamente protetivas ou retirá-lo da atividade. Uma perspectiva inclusiva exige buscar caminhos para que todos aprendam.

VOLEIBOL, CURRÍCULO E PERTENCIMENTO

A inclusão precisa estar articulada ao currículo escolar e não ser tratada como atividade paralela. Na Educação Física, o esporte constitui prática corporal que pode ser estudada e vivenciada em suas diferentes dimensões.

A BNCC contempla experimentação, fruição, recriação e análise dos esportes, favorecendo a construção de procedimentos para a participação coletiva.

No município de São Paulo, o Currículo da Cidade – Educação Física constitui referência para o planejamento pedagógico da rede municipal.

Nesse sentido, trabalhar o voleibol significa abordar não apenas técnicas, mas também sua história, regras, funções, estratégias, organização coletiva, diferentes formas de praticá-lo, esporte paralímpico, acessibilidade, capacitismo e direitos das pessoas com deficiência.

O esporte pode, assim, tornar-se objeto de conhecimento e instrumento para discutir cidadania, diversidade e respeito.

Um aspecto fundamental é o sentimento de pertencimento. Participar de uma aula não significa apenas executar determinado movimento, mas sentir-se parte do grupo.

No voleibol, a equipe depende da ação dos seus integrantes. Uma jogada exige comunicação e decisões coletivas. Essa característica pode ser utilizada para combater o isolamento e favorecer relações de cooperação.

A inclusão, entretanto, não deve transformar o estudante com deficiência em objeto de caridade ou dependência. O objetivo é construir uma lógica de cooperação recíproca, reconhecendo que todos possuem capacidades diferentes, todos aprendem e todos podem contribuir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental realizada permite compreender que o voleibol apresenta significativo potencial para contribuir com a inclusão de estudantes com deficiência na escola regular.

O primeiro aspecto identificado é a possibilidade de adaptação da modalidade. A experiência desenvolvida em escola municipal de São Paulo evidencia que alterações na altura da rede, na distância do saque, no número de contatos, nas regras e nos materiais podem favorecer a participação dos estudantes.

O segundo aspecto corresponde à dimensão coletiva. O voleibol exige cooperação e comunicação, podendo contribuir para reduzir situações de isolamento e estimular a interação.

O terceiro aspecto está relacionado à autonomia. Ao participar de situações em que precisa decidir, comunicar-se, deslocar-se e construir estratégias, o estudante desenvolve competências que ultrapassam a dimensão motora.

O quarto aspecto consiste na possibilidade de trabalhar a acessibilidade como conteúdo curricular. A modalidade pode ser utilizada para discutir barreiras, direitos, diversidade e participação social.

O quinto aspecto envolve a compreensão do desempenho. Em uma perspectiva inclusiva, o sucesso da aula não pode ser avaliado apenas pela quantidade de pontos ou pela eficiência técnica. Participação, aprendizagem, cooperação, autonomia, tomada de decisão e apropriação dos conhecimentos também constituem indicadores importantes.

Isso não significa abandonar o ensino técnico. A técnica continua sendo relevante, mas deve estar a serviço da aprendizagem e da participação, e não funcionar como mecanismo de seleção.

A inclusão também depende da superação das barreiras atitudinais. Não basta adaptar a quadra ou utilizar materiais diferenciados se o estudante continua sendo tratado como incapaz. A acessibilidade física precisa estar articulada à acessibilidade pedagógica e atitudinal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar de que maneira o voleibol pode contribuir para a inclusão e a acessibilidade de estudantes com deficiência na escola regular. A análise realizada permite afirmar que a modalidade apresenta significativo potencial pedagógico quando compreendida como prática corporal educacional, e não exclusivamente como esporte orientado pelo rendimento.

A inclusão não ocorre automaticamente pela presença do estudante com deficiência na quadra. Ela exige planejamento, adaptação, participação, interação e reconhecimento das potencialidades de cada estudante.

O voleibol oferece diversas possibilidades para esse processo, pois pode ser modificado em relação às regras, materiais, espaço, tempo, comunicação e organização dos grupos. A rede pode ser reduzida, a quadra reorganizada, a bola modificada, o número de toques ampliado, o saque adaptado e a dinâmica transformada em experiência cooperativa.

Essas modificações não diminuem o valor pedagógico do esporte. Ao contrário, ampliam suas possibilidades educativas e permitem que diferentes estudantes participem da mesma experiência.

O trabalho inclusivo também pode transformar a compreensão que os estudantes possuem sobre o esporte. Quando todos participam, a modalidade deixa de ser apenas uma competição entre os mais

habilidosos e passa a ser compreendida como manifestação cultural acessível a diferentes corpos e sujeitos.

Nesse sentido, o voleibol pode contribuir para o desenvolvimento motor, cognitivo, social e afetivo, além de possibilitar discussões sobre cidadania, diversidade, respeito e direitos das pessoas com deficiência.

A legislação brasileira oferece sustentação para essa perspectiva ao assegurar a educação inclusiva e a participação em atividades esportivas. A Educação Física escolar possui, portanto, importante responsabilidade na efetivação desses direitos.

A questão central deixa de ser perguntar se o estudante com deficiência consegue acompanhar o voleibol e passa a ser: o que precisamos modificar no ensino do voleibol para que todos possam participar e aprender?

Essa mudança representa uma transformação pedagógica significativa. O foco desloca-se da deficiência para as barreiras existentes no ambiente e para as possibilidades de aprendizagem.

Assim, inclusão não significa criar uma aula especial para o estudante com deficiência. Significa construir uma aula que reconheça que todos os estudantes são diferentes.

O voleibol, quando trabalhado dessa maneira, pode constituir instrumento de democratização das práticas corporais. Mais do que ensinar manchete, toque, saque ou ataque, pode ensinar cooperação. Mais do que ensinar regras, pode ensinar convivência. Mais do que priorizar a competição, pode valorizar a participação.

Conclui-se, portanto, que o voleibol pode contribuir para a inclusão e a acessibilidade de estudantes com deficiência na escola regular quando o planejamento pedagógico parte da diversidade, identifica e elimina barreiras e garante a participação efetiva de todos.

A verdadeira inclusão não acontece quando o estudante simplesmente está na quadra, mas quando participa, aprende, interage, decide, contribui, é reconhecido e percebe que aquela quadra também lhe pertence.

REFERÊNCIAS

BETTI, Mauro. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. **Institui a Lei Geral do Esporte**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1997.

GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da. **Atividade física adaptada: qualidade de**

vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri: Manole, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2003.

SÃO PAULO (SP). Prefeitura Municipal. **Projeto de vôlei leva inclusão e acessibilidade a alunos com deficiência em escola municipal da Zona Leste.** São Paulo, 2026.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: Educação Física.** São Paulo: SME/COPED, 2018.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Glossário da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino. São Paulo: SME/COPED, 2025.**

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.